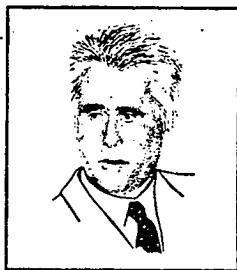


CHARLES B. HOLLAND

Tributos, emprego e investimentos

ESTADO DE SÃO PAULO



Empresários investem mais quando as políticas são estáveis e justas

Todos os países do mundo, exceto agora o Brasil, permitem a compensação plena de prejuízos fiscais, com lucros tributáveis futuros. De acordo com a nova medida provisória, recém aprovada, a partir de 1.1.95, o lucro líquido ajustado poderá ser reduzido em no máximo 30%. Desta forma, somente uma pequena parcela do prejuízo fiscal poderá ser compensada anualmente em decorrência da limitação de 30%. Com esta

regra, as empresas estarão obrigadas a pagar imposto de renda e contribuição social mesmo tendo saldo de prejuízos fiscais a compensar.

Muitos países restituem imposto de renda em dinheiro quando há prejuízos fiscais, e, entre estes, destacamos: Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e Grã-Bretanha. O Brasil não restitui e, agora, criou sérios obstáculos para compensação de prejuízos. Ademais, para lucros acima de US\$ 1 milhão, o Brasil aumentou o IR de 40,2% para 48,2%,

tornando-se vice-campeão mundial em termos de imposto de renda para pessoas jurídicas.

Parte substancial dos prejuízos incorridos nos últimos anos foi decorrente de medidas econômicas e pacotes fiscais abruptos, promovidos pelo governo. Por exemplo, as empresas exportadoras provavelmente terão muitos prejuízos em 1995, decorrentes da valorização efetiva de 40% do real em relação à moeda norte-

americana no 2º semestre de 1994.

Empresários investem mais quando sentem que as políticas econômicas e tributárias são estáveis e justas. Os impostos cobrados têm de ser competitivos com o resto do mundo, para reter e atrair novos investimentos. Atualmente, a carga tributária através dos 50 impostos federais, estaduais e municipais, principalmente através dos impostos sobre a renda, vendas e dos encargos trabalhistas, é bem mais elevada do que do resto do mundo.

Com o real também sobrevalorizado em relação às outras moedas estrangeiras, existe hoje excesso de estímulos para importações, consumo de quinquilharias e para o lazer, e poucos estímulos para produção e investimentos em atividades produtivas.

O governo pode aumentar a arrecadação de impostos da seguinte forma:

■ Estimulando o crescimento do PIB brasileiro em 5% em 1995. Efeito: aumento do PIB em US\$ 25 bilhões, sendo que 50% deste crescimento, ou US\$ 12,5 bilhões, serão certamente transferidos via impostos para o governo federal, estadual ou municipal.

■ Privatizando. Somente na venda da estatal Eletrobrás, o Estado pode arrecadar mais de US\$ 50 bilhões, equivalente a três anos de arrecadação de impostos de renda, pessoa jurídica e física.

■ Melhorando a máquina de arrecadação da União. A Bahia tem 20 mil fiscais para a fiscalização estadual, enquanto a União através da Receita Federal possui 5.500 funcionários para fiscalizar mais de 1 milhão de empresas, todas as pessoas com renda, todos os portos, aeroportos, fronteiras e a imensa cos-

ta marítima.

Sabemos que, todo ano, precisamos criar 5 milhões de empregos, que ofereçam condições mínimas de vida, seguindo padrões internacionais. Isto é, precisamos de investimentos equivalentes a US\$ 100 bilhões anuais, que representam 20% do nosso atual PIB. Atualmente nossa taxa histórica de investimentos gira em torno de 15% do PIB. A falta de investimentos contribui para o aumento dos favelados e marginalizados no Brasil.

Podemos concluir que o Estado precisa tratar melhor os empresários e candidatos a empresários, para aumentar a taxa histórica de investimentos dos atuais 15% para 20%. O incremento de 5% de investimentos em relação ao nosso PIB representa um aumento de 1,25 milhão de empregos adicionais permanentes por ano. Num período de 10 anos, representa 12,5 milhões de empregos adicionais permanentes. Mais emprego digno certamente ajudará a resolver nossos problemas sociais e econômicos.

■ Charles B. Holland é sócio diretor da Ernst & Young

■ Joelmir Beting está em férias.